



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PREGÃO N.º 39/2019**

**PAD N.º 19244/2018**

**AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA DO TIPO IP E PACOTE COM LICENÇAS DE EXPANSÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DIGIFORT, VISANDO AO MONITORAMENTO POR VÍDEO (CFTV)**

**RELATÓRIO FINAL**

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – para aquisição de 20 (vinte) câmeras de vigilância do tipo IP e 01 (um) pacote com 8 (oito) licenças de expansão do sistema de gerenciamento Digifort Professional versão 7.1.0 ou superior compatível, destinados ao monitoramento por vídeo (CFTV) do edifício-sede e anexo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte – , a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, no site *Comprasnet*, bem como disponibilizou o Edital no Portal da Transparência do TRE-BA.
2. Recebido três pedidos de esclarecimento, via e-mail, a Pregoeira respondeu às indagações e divulgou no *Comprasnet* (documentos de números 225450/2019, 225452/2019, 225454 /2019). Ademais, publicou aviso no sistema (doc. 225467/2019), alertando quanto à especificação do item, após resposta do setor técnico ao esclarecimento formulado.
3. Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, às 13h30 (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 71, de 4º de abril de 2019, na data de



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

abertura do presente certame, informou, via “chat”, que a sessão seria iniciada no dia seguinte, às 09:30. Tal providência foi necessária em virtude de ter sido convocada para reunião relativa ao Dimensionamento da Força de Trabalho.

4. Na data reagendada, reaberta a sessão, a Pregoeira alertou às licitantes sobre as consequências da desistência imotivada da proposta e da omissão do envio dos documentos de habilitação. Em seguida, fez análise preliminar das propostas apresentadas e iniciou a fase de lances, na fora da ata acostada aos autos (doc. 225672/2019) <sup>1</sup>.

5. Encerrada a supramencionada etapa, na qual as licitantes foram, por diversas vezes, estimuladas a melhorarem seus lances, passou-se à fase de aceitação das propostas. Para o item 1, a empresa provisoriamente classificada em 1º lugar **J. C. MENDES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** teve, em um primeiro momento, sua proposta aceita. Porém, remanesceram dúvidas sobre a especificação técnica do produto ofertado.

5.1. A empresa confirmou que atendia a todas as especificações técnicas previstas no Termo de Referência. Entretanto, esta pregoeira questionou se o produto ofertado obedecia à característica de distância focal de 2,7 a 12 mm. Por conseguinte, a licitante encaminhou o *link* para o catálogo do produto, que foi analisado pelo setor demandante, tendo a área técnica informado, em um segundo momento, que, realmente, a lente ofertada era fixa, não atendendo à especificação do Edital, de acordo com o quanto consignado no doc. 225674/2019.

6. Quanto ao item 2, a proposta da licitante **C2H SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA.** foi recusada, haja vista ofertou produto com lente fixa em desconformidade com a especificação, que exige lente varifocal, segundo afirmou a própria licitante no “chat” do sistema, *in verbis*: “A lente do modelo ofertado é fixa de 4mm, a solicitada no edital é varifocal de 2,7 a 12mm”.

---

<sup>1</sup> A pregoeira deixou de assinar eletronicamente a ata do pregão, a fim de viabilizar a leitura do documento.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

7. Para o **ITEM 1**, seguindo a ordem de classificação, foi aceita a proposta da licitante **NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO**, por atender à especificação do Edital, além de ter aquiescido com a negociação da pregoeira, baixando o valor.
8. Quanto ao **ITEM 2**, as empresas ofertaram preços acima do valor estimado. Seguindo a ordem de classificação, houve sucessivas tentativas de negociação. A licitante **TOPSERVI SERVIÇOS LTDA.** aceitou negociar o valor, assim como atende às especificações do item, conforme afirmou via “chat”.
9. Em relação ao **ITEM 3**, a empresa **TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI** negociou o valor e asseverou que atende às especificações exigidas em Edital, tendo sua proposta aceita.
10. Na fase de Habilitação, a Pregoeira procedeu aos seguintes passos: acessou o SICAF, consultou o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (em nome das licitantes e também dos sócios majoritários e/ou dirigentes). A empresa **TOPSERVI SERVIÇOS LTDA.** foi instada a enviar o contrato social atualizado, para verificação da habilitação jurídica e do credenciamento dos seus representantes. Encaminhado o aludido documento, no prazo concedido, foi observada, por esta Pregoeira, a regularidade jurídica da empresa e de seus dirigentes, validando-se, ainda, a autenticidade do documento apresentado. No tocante ao item 3, a Pregoeira checkou o CNAE da empresa **TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI**, constatando que abrange também a comercialização de *softwares*, atendendo ao requisito do objeto jurídico pertinente.
11. Por fim, foram feitas as devidas conferências de todas as declarações firmadas pelas licitantes no site *Comprasnet*, a exemplo da declaração de ausência de trabalho de menor e declaração de inexistência de fato superveniente, juntando-se aos autos o espelho das declarações firmadas no aludido sistema (doc. 225673/2019).



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

12. Verificada a regularidade de toda a documentação de habilitação, as empresas **NIKITA SARA LIMA DA SILVA LINO, TOPSERVI SERVIÇOS LTDA. e TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI** foram habilitadas, respectivamente, para os itens 1, 2 e 3, sendo declaradas vencedoras do certame, consoante documento n.º 225684/2019.

13. Encerrado o prazo final para registro da intenção de recurso, sem que houvesse manifestação, foram adjudicados os itens licitados, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc. 225686/2019).

14. Informamos, por derradeiro, que foi prestada, por meio do documento 225857/2019, informação de indícios de condutas ilícitas praticadas pelas licitantes J. C. Mendes Tecnologia da Informação e C2H Soluções em Serviços Ltda., devidamente encaminhada à SELIC, para instauração de procedimento de apuração de responsabilidade.

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 28 de outubro de 2019

Milena Austregésilo Herêda  
Pregoeira